



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 684/2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 1269/2005 (04 Volumes).

Apenso: Processo nº 5816/2007 (06 Volumes).

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Secretaria Municipal de Educação – SEMED.

4- Exercício: 2004.

5- Responsáveis: Sra. Therezinha Ruiz de Oliveira, Secretária da SEMED, à época.

6- Unidade Técnica: DICOP – Relatório Conclusivo nº 87/2016 (fls. 623/633).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 4314/2016-DMP-MPC-EFC, da Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas (fls. 647/648).

8- Relatora: Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Secretaria Municipal de Educação. Exercício de 2004.

*Alcance. Contas Irregulares. Multa. Prazo.
Determinação à SEPLENO.*

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- À unanimidade:

9.1.1 - Considerar em alcance, nos termos do art. 304, I, da Res. 4/2002, c/c disposto no art. 22, III, “c” e “d” e §2º, alíneas “a” da Lei nº. 2423/1993, a Sra. **Therezinha Ruiz de Oliveira**, Secretária Municipal de Educação e Ordenadora de Despesa, à época, na importância de **R\$ 368.956,27** (trezentos e sessenta e oito mil, novecentos e cinquenta e seis reais e vinte e sete centavos), em razão do alcance listado nos itens 15.4; 15.5; 16.7; 16.9; 16.10; 16.11; e 19.5, do relatório/voto, bem como na Prestação de Contas em questão e na Denúncia abordada no Processo nº. 5816/2007 – sobre a matéria de malversação de verbas públicas, na Administração da Prefeitura Municipal de Manaus, assim especificados abaixo:

(...)

15) TERMO DE CONTRATO Nº. 21/2004 – SEMED e RAIDER PRESTADORA DE SERVIÇOS E COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA. Matéria abordada no Processo nº. 5816/2007 – Malversação de verbas públicas, na Administração da Prefeitura Municipal de Manaus:

15.4) Pagamentos de serviços pela 4ª medição não constantes da planilha no montante de R\$ 14.695,25, conforme planilha de serviços licitados, às fls. 1074/1075.

15.5) Pagamento de serviços não comprovados no montante de R\$ 114.025,21, conforme exposto na planilha às fls. 1075/1076.



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 684/2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO

16) TERMO DE CONTRATO Nº. 022/2004 – SEMED e RAIDER PRESTADORA DE SERVIÇOS E COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA. Matéria abordada no Processo nº. 5816/2007 – Malversação de verbas públicas, na Administração da Prefeitura Municipal de Manaus:

16.7) Alteração e acréscimo de itens de serviços não licitados e respectivos pagamentos, indicados na Planilha da 4ª Medição do Termo de Contrato no montante de R\$ 43.586,29, conforme planilha de fl. 1080.

16.9) Não comprovação in loco dos seguintes serviços, em 26/02/2008, do montante de R\$ 86.504,11, divergindo dos serviços recebidos pela Fiscalização/SEMOSB (Planilha de Medição 1ª, 2ª, 3ª e 4ª do Termo de Contrato), conforme segue em quantitativos e preço total licitado às fls. 1081/1082.

16.10) Ausência de discriminação de quantitativos e materiais do item 12 – Instalações, no montante de R\$ 17.163,37, quanto aos subitens de fl. 1082.

16.11) Ausência de documentos referentes a quais os índices econômicos praticados pela SEMED para formalização de Realinhamento do Ajuste no montante de R\$ 47.508,37.

19) TERMO DE CONTRATO Nº. 025/2004 – SEMED e RAIDER PRESTADORA DE SERVIÇOS E COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA. Matéria abordada no Processo nº. 5816/2007 – Malversação de verbas públicas, na Administração da Prefeitura Municipal de Manaus:

19.5) Pagamento de serviços não comprovados no montante de R\$ 45.473,67, conforme planilha de serviços licitados expostos às fls. 1096/1097.

9.1.2- Considerar em alcance, nos termos do art. 304, I, da Res. 4/2002, c/c disposto no art. 22, III, “c” e “d” e §2º, alíneas “a” da Lei nº. 2423/1993, a Sra. **Therezinha Ruiz de Oliveira**, Secretária Municipal de Educação e Ordenadora de Despesa, à época, na importância de **R\$ 658.329,04** (seiscentos e cinquenta e oito mil, trezentos e vinte e nove reais e quatro centavos), em razão do alcance listado nos itens 10.4; 11.3; 12.6; 12.7; 13.6; 14.4; 17.2; 17.3; 17.4; 18.2; e 18.5, deste voto, e na **Denúncia** abordada no Processo nº. 5816/2007 – sobre a matéria de malversação de verbas públicas, na Administração da Prefeitura Municipal de Manaus, assim especificados abaixo:

(...)

10) TERMO DE CONTRATO Nº. 107/2003 – SEMED e Construtora GUARANY LTDA. Matéria abordada no Processo nº. 5816/2007 – Malversação de verbas públicas, na Administração da Prefeitura Municipal de Manaus:

10.1) Ausência de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART pela Empresa Construtora GUARANY LTDA, em desacordo com o art. 1º, art. 2º, art. 3º da Lei nº. 6.496/1977, c/c o art. 1º, c/c o art. 2º, art. 3º da Resolução nº. 425/1998 – do CONFEA.

10.4) Pagamentos de serviços não comprovados no montante de R\$ 75.169,41, conforme planilha de serviços licitados, às fls. 1057/1058.

11) TERMO DE CONTRATO Nº. 119/2003 – SEMED e Construtora GUARANY LTDA. Matéria abordada no Processo nº. 5816/2007 – Malversação de verbas públicas, na Administração da Prefeitura Municipal de Manaus:



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 684/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

11.3) Pagamentos de serviços não comprovados no montante de R\$ 94.078,91, conforme planilha de serviços licitados, às fls. 1061/1062.

12) TERMO DE CONTRATO Nº. 128/2003 – SEMED e Construtora MARJAN LTDA. Matéria abordada no Processo nº. 5816/2007 – Malversação de verbas públicas, na Administração da Prefeitura Municipal de Manaus:

12.16) Pagamento de serviços não comprovados no Termo de Contrato no montante de R\$ 103.556,77, conforme planilha de serviços licitados expostos às fls. 1064/1065.

12.17) Pagamento de serviços não comprovados no 1º Aditivo ao Contrato, no montante de R\$ 19.664,44, conforme planilha de serviços licitados expostos às fls. 1065/1066.

13) TERMO DE CONTRATO Nº. 129/2003 – SEMED e ITAUPLAC CONSTRUÇÕES LTDA. Matéria abordada no Processo nº. 5816/2007 – Malversação de verbas públicas, na Administração da Prefeitura Municipal de Manaus:

13.6) Pagamentos de serviços não comprovados no montante de R\$ 79.213,12, conforme planilha de serviços licitados, às fls. 1068/1069.

14) TERMO DE CONTRATO Nº. 130/2003 – SEMED e CONSTRUTORA GUARANY LTDA. Matéria abordada no Processo nº. 5816/2007 – Malversação de verbas públicas, na Administração da Prefeitura Municipal de Manaus:

14.4) Pagamentos de serviços não comprovados no montante de R\$ 77.558,96, conforme planilha de serviços licitados, às fls. 1071/1072.

17) TERMO DE CONTRATO Nº. 023/2004 – SEMED e RAIDER PRESTADORA DE SERVIÇOS E COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA. Matéria abordada no Processo nº. 5816/2007 – Malversação de verbas públicas, na Administração da Prefeitura Municipal de Manaus:

17.2) Divergência no subitem 4.1 “Forma” a maior na ordem de R\$ 399,94, de acordo com as planilhas de medições 2ª e 3ª, conforme exposto à fl. 1085.

17.3) Pagamento de serviços não comprovados no montante de R\$ 84.785,22, conforme planilha de serviços expostos às fls. 1085/1086.

17.4) Divergência a menor no Total de saldo pela Fiscalização/SEMOSB na Ordem de R\$ 20.344,75.

18) TERMO DE CONTRATO Nº. 024/2004 – SEMED e RAIDER PRESTADORA DE SERVIÇOS E COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA. Matéria abordada no Processo nº. 5816/2007 – Malversação de verbas públicas, na Administração da Prefeitura Municipal de Manaus:

18.2) Divergência a maior em 17,72 m², no subitem 4.1, pelas Medições 2ª e 3ª, totalizado em 275,12 m², divergindo quando comparado ao quantitativo similar licitado em 257,40 m², o que corresponde a um valor de R\$ 399,95.

18.5) Pagamento de R\$ 103.157,57, corresponde a serviços não comprovados in loco conforme planilha às fls. 1089/1090.



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 684/2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO

9.1.3- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias, para que recolha os valores dos débitos aos cofres da Fazenda Municipal, com a devida comprovação nestes autos (artigo 72, inciso III, alínea “a” da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM e artigo 308, §3º, da Resolução nº. 04/2002). Expirado o prazo estabelecido, e não havendo recolhimento da referida quantia, determine ao Chefe do Poder Executivo que proceda a inscrição na Dívida Ativa do Município e a imediata cobrança judicial, cientificando este Tribunal de todas as medidas adotadas.

9.1.4- Julgar Irregular, nos termos dos artigos 18, inciso II, da Lei Complementar nº. 06/1991, c/c o artigo 1º, inciso II, artigo 22, inciso III, alíneas “b” e “c”, todos da Lei 2423/1996 – LOTCE/AM e artigo 188, §1º, inciso III, alíneas “b” e “c”, a Prestação de Contas da Secretária Municipal de Educação - SEMED, referente ao exercício de 2004, de responsabilidade da Senhora Therezinha Ruiz de Oliveira, Secretária Municipal de Educação - SEMED e Ordenadora de Despesa, à época.

9.1.5- Multar a Senhora Therezinha Ruiz de Oliveira, Secretária Municipal de Educação - SEMED e Ordenadora de Despesa, à época, no valor de **R\$ 8.768,25** (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), na forma prevista no artigo 1º, XXVI, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM, nos termos do artigo 54, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM, c/c o artigo 308, inciso VI, do RITCE, inciso acrescentado pelo artigo 2º, da Resolução nº. 25/2012, pelo cometimento das impropriedades listadas no Relatório/Voto de nºs. 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10 (10.1, 10.2, 10.3, 10.4), 11 (11.1, 11.2, 11.3), 12 (12.1, 12.2, 12.3, 12.4, 12.5, 12.6, 12.7, 12.8, 12.9, 12.10, 12.11, 12.12, 12.13, 12.14, 12.15, 12.16, 12.17, 12.18, 12.19, 12.20, 12.21), 13 (13.1, 13.2, 13.3, 13.4, 13.5, 13.6), 14 (14.1, 14.2, 14.3, 14.4), 15 (15.1, 15.2, 15.3, 15.4, 15.5), 16 (16.1, 16.2, 16.3, 16.4, 16.5, 16.6, 16.7, 16.8, 16.9, 16.10, 16.11, 16.12, 16.13, 16.14), 17 (17.1, 17.2, 17.3, 17.4, 17.5, 17.6), 18 (18.1, 18.2, 18.3, 18.4, 18.5) e 19 (19.1, 19.2, 19.3, 19.4, 19.5) deste voto.

9.1.6- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias (artigo 174 do RITCE/AM) para que a Senhora **Therezinha Ruiz de Oliveira**, Secretária Municipal de Educação - SEMED e Ordenadora de Despesa, à época, recolha aos cofres da Fazenda Estadual os valores das multas ora aplicadas, com a devida comprovação nestes autos. Na hipótese de expirar este prazo, aquela importância deverá ser atualizada monetariamente (artigo 55, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM), ficando a DICREX autorizada a adotar as medidas previstas no artigo 173 da Subseção III, da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE.

9.1.7- Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que:

9.1.7.1- Encaminhe à atual Administração da Secretaria Municipal de Educação - SEMED, as cópias autênticas das peças emitidas pela Comissão de Inspeção e pela Representante Ministerial, visando evitar o cometimento das mesmas impropriedades em Prestação de Contas futuras.



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 684/2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO

9.1.7.2- Notifique a Senhora Therezinha Ruiz de Oliveira, Secretária Municipal de Educação - SEMED e Ordenadora de Despesa, à época, com cópia do Relatório/Voto e Acórdão para ter ciência do decisório e, querendo, apresentem o devido recurso.

9.1..3- Arquive o Processo nº. 5816/2007 – sobre malversação de verbas públicas, na Administração da Prefeitura Municipal de Manaus, pois, este já foi objeto de análise na prestação de Contas em questão.

9.1.7.4- Após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002-RITCE, adote as providências do artigo 162, §2º, do RITCE.

9.2- Por maioria, aplicar multa a Senhora **Therezinha Ruiz de Oliveira**, Secretária Municipal de Educação - SEMED e Ordenadora de Despesa, à época, no valor de **R\$ 13.152,36** (treze mil, cento e cinquenta e dois reais e trinta e seis centavos), na forma prevista no artigo 308, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE, alterada pela Resolução nº. 25/2012, correspondente a **R\$ 1.096,03**, por mês de competência (janeiro a dezembro do exercício de 2004), relativo aos dados e demonstrativos contábeis ACP/Captura, remetidos ao Tribunal de Contas, fora do prazo fixado no artigo 4.º da Resolução nº. 10/2012– TCE/AM.

Vencido o Voto-Destaque do Exmo. Senhor Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro, pela Inaplicabilidade da multa por atraso de ACP.

10-Ata: 29ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11-Data da Sessão: 16 de Agosto de 2016.

12-Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

13-Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Relatora

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral